

Ata de Reunião

1. Informações Gerais

- **Data:** 14/05/2025
- **Horário:** 10:00
- **Local:** Sala de reuniões da presidência, TJCE
- **Pauta:** 1ª reunião da Mesa Permanente de Diálogo Institucional
- **Ata elaborada por:** Rafaella Lopes Ferreira

2. Participantes

Nome	Participantes
Vagner Venâncio	Presidente do Sindojus-CE
Carlos Eduardo Oliveira de Mello	Diretor Financeiro do Sindojus-CE
Roberto Eudes	Coordenador-Geral do SindJustiça-CE
Pedro Helker	Coordenador de Imprensa e Divulgação do SindJustiça-CE
Jacqueline Lima Alves	Secretária de Gestão de Pessoas
Rafaella Lopes Ferreira	Secretária de Governança Institucional
Marcelo Roseno	Juiz da Articulação Externa
Christian	Consultor Jurídico
Rafaella Lopes Ferreira	Secretariado da Reunião

3. Pontos discutidos

- Dr. Marcelo: portaria não estabelece periodicidade das reuniões, sugeriu definir uma periodicidade de 16 e 45 dias, ou 45 dias como tempo razoável. Administração precisa de tempo para estudos.
- Sugestão de sistemática para as entidades indicarem pontos a serem discutidos com antecedência, limitando a 3 pontos por sindicato para não ter reunião muito extensa.
- Criação de uma fila específica para pedidos pautados na comissão, para não se misturarem com outros da ativação externa.
- Importância de pautar previamente para que a administração traga subsídios e deliberações.
- A comissão não é deliberativa, mas busca identificar prioridades e levar ao presidente.
- Sinalização da administração para manter diálogo permanente e atender o que for possível.

Pelos Sindicatos:

- Discussão sobre a proposição do prazo de cumprimento de mandados.

- Mandados em unidades prisionais: necessidade de norma da pandemia, SAP criar um link, e-mail ou sistema para intimações dos Oficiais nas unidades prisionais.
- Concurso: validade prorrogada, candidatos ocupando mais de uma vaga para chamar mais candidatos.

Sindjustiça:

- Estabelecer um intervalo de reuniões.
- Adequação do plano de cargos:
 - Alterar a lei 13.551 – pedido de uma gratificação de metassemelhante a GAM.
 - Pendências na carreira de nível médio.
 - Contemplar os Analista Judiciários
 - Auxiliares Judiciários: aplicado aumento e isonomia.
- Foi entregue uma cópia do SEI protocolado com solicitações das alterações no PCCR, sindicato não respalda o pedido da associação dos Analistas.
- Pedido dos estabilizados: reenquadramento – 18 pessoas.
- Aposentados: pedido de faixa especial para aposentados no auxílio-saúde.
- Proposta de refazer o enquadramento das referências das carreiras (30 fundamental, 23 médio e 26 no superior).
Ressaltou servidores que procuram outros concursos diante do plano de cargos.
- Manter a distância dos cargos.
- Perdas de aposentadoria.
- O sindicato dos servidores não encampa a proposta que beneficia somente 1 das carreiras.
- Todas as carreiras tenham a mesma quantidade de referências.
- Reunificar e reposicionar nível médio e nível superior.
- Majoração do AE.
- Aposentados: faixa especial.
- A pauta do Sindjustiça é um projeto amplo e estruturante, demandaria reuniões mais complexas e tempo maior para discussão.
- Grupo de trabalho formado para continuidade da discussão.
- Sindojus concorda com a ideia de trazer pontos para discussão e trabalhar na solução nas próximas reuniões.
- Prioridades: assuntos do pessoal do plano antigo têm repercussão menor e são prioridade.
- Cálculo provisório da repercussão para os colegas estabilizados.
- Criação de gratificação de produtividade para o pessoal da 13.551/2004 (110 técnicos judiciários do plano antigo).
- Proposta de trazer calculista na próxima reunião para explicar contribuição da tabela.
- Sugestão de próxima reunião para 02 de julho.

- Discussão sobre a pauta mais ampla e a questão da simetria, que envolve estudo técnico mais profundo e impacto orçamentário.
- Possibilidade de trabalhar lateralmente outras pautas mais setoriais e de menor complexidade.
- Pleitos da gestão passada: adicionais de especialização (normativos aprovados), promoções e progressões, auxílio-saúde (resolução para 2025, com trabalho em normativa específica).
- Artigo 191 do provimento 2/2021 da corregedoria (prazo de cumprimento de mandados): revogado, remetido à presidência para normalização. Proposta de norma que alcance o estado todo.

4. Compromissos

Compromisso	Prazo	Responsável
Definir periodicidade das reuniões	Próxima reunião	Administração
Entidades indicarem pontos de pauta com antecedência (até 3 pontos)	Antes da próxima reunião	Sindicatos
Apresentar cálculo da gratificação de produtividade (Lei 13.551/2004)	Próxima reunião	Sindicatos
Trabalhar em normativa específica para auxílio-saúde (2025)	Próximos dias	Administração
Definir regra específica para comprovação do auxílio-saúde (2022-2024)	A ser definida	Administração
Normalizar prazo de cumprimento de mandados (Art. 191 do provimento 2/2021)	A ser definida	Presidência

5. Aprovações